

Responsabilidade histórica? Uma análise das respostas de organizações sobre sua participação na ditadura civil-militar brasileira¹

Luísa Pedroza de Mattos ZANIN²

Paola Vaz Diógenes da SILVA³

Alana Nogueira VOLPATO⁴

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Resumo

Diante do reconhecimento da participação do empresariado brasileiro na ditadura civil-militar de 1964 e da necessidade de manter viva a memória e verdade sobre o período, esta pesquisa pretende analisar de que forma as organizações citadas no relatório da CNV lidam com esse passado. Identificamos se e como essas empresas respondem quando interrogadas sobre sua participação no regime na série de reportagens “Empresas cúmplices da ditadura”, conduzida pela Agência Pública. O conteúdo dessas interações revelou um posicionamento comum: abstenção ou respostas evasivas. Conclui-se que a superação desse silêncio e o compromisso com a transparência são fundamentais para a integridade democrática e para prevenir a repetição de rupturas autoritárias na sociedade brasileira.

Palavras-chave: história e memória; comunicação organizacional; ditadura civil-militar; democracia; relações públicas.

Corpo do trabalho

O fortalecimento da democracia depende não apenas do desenho das instituições mas, também, de um pacto coletivo que a sustente. O episódio da invasão à sede dos Três Poderes em Brasília em 8 de janeiro de 2023, na tentativa de causar uma ruptura institucional sob a falsa alegação de fraude eleitoral e apelo a uma intervenção militar, demonstra a importância de recuperar a memória, conhecer a verdade e contar a história sobre o período da ditadura civil-militar brasileira, para que ele não seja esquecido ou repetido.

Um dos grandes esforços nesse sentido se deu com a fundação da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Com o propósito de cumprir o direito constitucional à memória e a verdade histórica, a CNV identificou estruturas, circunstâncias e autorias de crimes como

¹ Trabalho apresentado no Espaço Graduação, atividade integrante do XX Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas.

² Graduanda do Curso de Relações Públicas da FAAC/Unesp, e-mail: luisa.zanin@unesp.br.

³ Graduanda do Curso de Relações Públicas da FAAC/Unesp, e-mail: paola.vaz@unesp.br.

⁴ Relações-Públicas. Mestre em Comunicação (Universidade Estadual de Londrina - UEL) e Doutora em Comunicação (Unesp). Docente do Departamento de Ciências Humanas da Unesp.

torturas e desaparecimentos ocorridos entre 1946 e 1988, ainda que sem poderes de punição devido aos limites impostos pela Lei da Anistia.

O processo de investigação resultou em um relatório, dividido em três volumes, dedicado a expor as atividades e fatos examinados e as recomendações para o fortalecimento da democracia brasileira. O segundo volume discorre sobre diferentes segmentos, grupos ou movimentos sociais afetados pela repressão, evidenciando que o regime não poderia ser sustentado por mais de duas décadas sem o apoio ativo, a articulação e o financiamento do setor empresarial privado, que atuou diretamente na vigilância de funcionários e no suporte logístico à estrutura de repressão e tortura. “Entendemos, assim, que a ditadura não foi um fenômeno exclusivamente militar, embora as Forças Armadas tenham assumido posição frontal naquele regime” (Brasil, 2014, p. 314).

História e memória são dimensões relevantes das organizações que podem ser convertidas em patrimônios estratégicos que contribuem não apenas para conhecer o passado, mas para sustentar identidades, dar sentido ao presente e orientar o futuro. Nassar (2012) afirma que organizações devem reconhecer sua responsabilidade histórica na construção da sociedade, em seu segmento de negócios, dentro dos territórios em que atuam e para todos os públicos que as constituem.

No entanto, como organizações são entidades complexas constituídas por públicos variados, história e memória organizacional podem ser campo de disputa. Pollak (1989) explica que memórias coletivas não são homogêneas. As memórias subterrâneas, que guardam lembranças de minorias ou grupos subalternizados de diferentes formas, mostram como a narrativa histórica envolve processos de silenciamento, seleção e enquadramento. Sabendo que, em toda sociedade, o passado formalizado depende das circunstâncias, no contexto do regime militar brasileiro, essas circunstâncias estão atreladas a tirania e a anulação de registros históricos dos grupos sociais perseguidos.

Diante do reconhecimento da participação do empresariado brasileiro na ditadura civil-militar de 1964 e da necessidade de manter viva a memória e verdade sobre o período, este artigo, desenvolvido no âmbito da disciplina História e Memória Organizacional, propõe-se à análise de que forma as organizações citadas no relatório da CNV lidam com esse passado, por meio da Análise de Conteúdo (Bardin, 2011). Especificamente, identificamos se e como essas empresas respondem quando interrogadas sobre sua participação no regime na série de reportagens conduzida pela Agência Pública, em parceria

com pesquisadores da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e o Ministério Público, nomeada “As empresas cúmplices da ditadura militar” (Agência Pública, 2023). Consideramos que o jornalismo investigativo exerce papel indispensável às democracias ao vigiar o comportamento de organizações privadas.

O corpus da pesquisa foi composto por 12⁵ das 14 reportagens, desenvolvidas entre os anos 2023 e 2025, que fazem parte da série da Agência Pública. Identificamos se a Agência tentou contato com as organizações para obter um posicionamento; se obteve resposta ou não; e, em caso positivo, que tipo de postura a resposta evidenciou. Com base na leitura flutuante dos dados empíricos, foram elaborados quatro códigos que evidenciam diferentes posturas das empresas (Quadro 1). Em sequência, no Quadro 2, são apresentados os dados coletados.

Quadro 1 - Descrição dos códigos

Postura	Definição
Evasiva e Institucional	Responde formalmente, mas evita o mérito das acusações alegando desconhecimento, legalidade da época ou foco em políticas de ética atuais.
Desvinculação Histórica	Atribui a responsabilidade a donos ou gestões anteriores, usando privatizações ou mudanças societárias para se isentar de culpa.
Abstenção	Não responde aos contatos da reportagem, ignorando as denúncias para evitar qualquer posicionamento oficial.
Admissão Parcial	Reconhece erros ideológicos ou políticos, mas nega categoricamente qualquer participação prática ou logística em crimes.

Fonte: elaborado pelas autoras

Quadro 2 - Dados coletados

Nome da Instituição	Houve resposta?	Posicionamento	Classificação
Aracruz	Sim	Afirmou adotar postura colaborativa com o MPF e que os fatos referem-se a gestões anteriores, focando em suas políticas atuais de direitos humanos.	Desvinculação Histórica
Belgo-Mineira	Sim	Alegou que os eventos ocorreram antes da aquisição da unidade, afirmou ter colaborado com as apurações e desconhecer o teor do relatório da Unifesp.	Desvinculação Histórica

⁵ A reportagem sobre a Cobrasma não foi incluída por ter encerrado suas atividades, e a Companhia Docas de Santos (CDS) devido à ausência de contato explícito por parte da Agência Pública. Ambas as situações inviabilizaram a análise de posicionamento institucional, justificando suas exclusões do corpus desta pesquisa.

Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)	Sim	Afirmou repudiar violações, mas alegou que os fatos precedem a privatização e que a gestão atual não tem ingerência sobre o período estatal.	Desvinculação Histórica
Embraer	Não	Não respondeu aos questionamentos enviados por e-mail até a publicação da reportagem.	Abstenção
Fiat	Sim	Alegou não possuir memória dos fatos mencionados e preferiu não se pronunciar sobre a colaboração durante a repressão.	Evasiva/Institucional
Folha de S. Paulo	Sim	Admitiu o erro editorial do apoio ao golpe, mas negou colaboração logística institucional.	Admissão Parcial
Itaipu	Sim	Afirmou que as obras seguiram as normas de segurança vigentes na época e que prestava assistência aos operários, negando omissões.	Evasiva/Institucional
Josapar	Não	Não apresentou resposta após o contato da reportagem com a assessoria.	Abstenção
Mannesmann	Sim	Declarou compromisso com a integridade e transparência, sem comentar o mérito das acusações históricas.	Evasiva/Institucional
Paranapanema	Sim	Afirmou não compactuar com atos violentos e focou em suas políticas atuais de direitos humanos, sem comentar os fatos históricos.	Evasiva/Institucional
Petrobras	Sim	Afirmou colaborar com órgãos de controle e reforçou seu compromisso com a transparência e os direitos humanos, sem comentar as acusações relacionadas ao regime.	Evasiva/Institucional
Volkswagen	Sim	Confirmou a notificação da ação judicial, mas recusou-se a comentar o mérito das acusações alegando tratar-se de processo em andamento.	Evasiva/Institucional

Fonte: elaborado pelas autoras

Na categoria “Evasiva e Institucional”, a predominância de respostas focadas em políticas de *compliance* demonstra uma tentativa de deslocar o debate do campo ético-histórico para o campo administrativo. Já a recorrência da categoria “Desvinculação Histórica” em empresas como Aracruz e CSN revela um esforço institucional para segmentar a identidade da organização, como se a privatização ou a troca de gestão operasse uma desresponsabilização sobre o passado. Quanto ao discurso adotado pela Folha de S. Paulo, ao acatar uma responsabilização parcial, busca uma conciliação entre a preservação de sua credibilidade e a admissão dos crimes cometidos, evitando o aprofundamento da investigação. Por fim, a postura das empresas Embraer e Josapar revela como o silêncio é uma tática para lidar com condutas do passado que são reprováveis no presente.

A resposta ao contato da reportagem não significou, necessariamente, transparência. Embora a maioria (10) tenha respondido, o conteúdo dessas interações revelou um posicionamento comum: as empresas evitam assumir seu passado, preferindo desvincular-se dos fatos a integrá-los oficialmente à sua memória institucional.

O confronto entre as memórias oficiais e as memórias subterrâneas, como conceitua Pollak (1989), colabora com o amadurecimento democrático e a reivindicação múltipla de direitos. Com base na análise aqui presente, não é possível afirmar que as empresas têm contribuído para a memória e verdade sobre o período da ditadura civil-militar, demonstrando mais preocupação com os impactos desse passado em termos de imagem, identidade e reputação no presente, do que com sua responsabilidade histórica.

Romper com o silêncio, responsabilizar-se pelas ações do passado, assumir compromissos claros com a democracia no presente, valorizar memórias de funcionários impactados pela repressão e conduzir ações reparatórias são exemplos de condutas que poderiam ser assumidas para que a história e memória organizacional sejam convertidas em pilares de transparência e sustentação do Estado Democrático de Direito.

Referências

- AGÊNCIA PÚBLICA. **As empresas cúmplices da ditadura militar**. São Paulo: Agência Pública, 2023-2025. Disponível em: <https://apublica.org/especial/as-empresas-cumplices-da-ditadura-militar/>. Acesso em: 8 fev. 2026
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório: volume II: textos temáticos**. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade/volume_2_digital.pdf. Acesso em: 12 fev. 2026.
- NASSAR, Paulo. **Relações públicas na construção da responsabilidade histórica e no resgate da memória institucional das organizações**. 3. ed. São Caetano do Sul: Difusão, 2012.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista estudos históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.